

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA (324ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM. Aos vinte e dois (22) dias do mês de junho de 2020, às 10h00, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, reuniu-se, de modo virtual - videoconferência, o Conselho de Administração com a presença dos Conselheiros Senhores Silvani Alves Pereira, Pedro Tegon Moro, Adailton Ferreira Trindade, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, André Luis Grotti Clemente, Danilo Ferreira Gomes, Maria Lina Benini e Almino Monteiro Álvares Affonso. Justificada a ausência do Senhor Carlos Pedro Jens. Participaram como convidados os Senhores Marcelo José Brandão Machado, Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente, Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, Diretor de Planejamento e Felissa de Sousa Alarcon, Diretora Administrativa e Financeira. Verificada a existência de número legal, foi declarada aberta a sessão. Assuntos Deliberativos: 1 – Lida e aprovada a Ata da 323ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CPTM. 2 – Definição formal do futuro Secretário das Reuniões do Conselho de Administração – Matéria retirada de pauta pelo Senhor Presidente do Conselho para futura definição. 3 – RD 15250 – Revisão do artigo 163 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM – Revisão 1, nos termos expostos no item 2 Relatório e no Documento “Proposta de Alteração – Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM – Rev. 1”, Anexo. – A Senhora Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga explicou aos Senhores Conselheiros a necessidade de alteração do artigo 163 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM e, após os debates sobre o referido assunto a matéria foi retirada de pauta para revisão e adequação do texto e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração. 4 - RD 15269 – 1º Termo de Aditamento: Contrato com a SOCICAM – Master Concessão Comercial Brás – Valor R\$ 91.633.056,00 sendo R\$ 77.220.000,00 de remuneração mensais e R\$ 14.413.056,00 correspondente a outorga inicial. Objeto do Aditamento: Parcelamento da outorga inicial. O Senhor Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, Diretor de Planejamento e Novos Negócios fez uma exposição sobre o tema destacando a necessidade da formalização do referido Termo de Aditamento ao Contrato nº 833619500100, cujo objeto é a CONCESSÃO DE USO DE ÁREA COMERCIAL DA ESTAÇÃO BRÁS, IDENTIFICADA COMO MASTER CONCESSÃO COMERCIAL BRÁS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL INTEGRADA DE LOJAS E ESPAÇOS PERTENCENTES À COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, MEDIANTE REMUNERAÇÃO COM ENCARGOS DE PLANEJAMENTO, REFORMA, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO, INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E VIGILÂNCIA DA ÁREA COMERCIAL, celebrado entre a CPTM E A EMPRESA SOCICAM ADMINISTRAÇÃO PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA., com a remuneração total, proporcional à CPTM, no valor de R\$ 91.633.056,00 (noventa e um milhões, seiscentos e trinta e três mil e cinquenta e seis reais), contemplando a parcela fixa inicial (outorga) de R\$ 14.413.056,00 (quatorze milhões, quatrocentos e treze mil e cinquenta e seis reais), somada ao valor de R\$ 77.220.000,00 (setenta e sete milhões e duzentos e vinte mil reais), referente a 351 (trezentas e cinquenta e uma) remunerações mensais no valor de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), na base 01/02/2020. O aditivo proposto, nos termos do inciso XIX, Artigo 14 do Estatuto Social da CPTM, tem por objeto a alteração contratual do subitem 7.1.1 – REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, para parcelamento do valor fixado de outorga inicial no montante de R\$14.413.056,00 (quatorze milhões, quatrocentos e treze mil e cinquenta e seis reais) dividido em três parcelas conforme a seguir: - Em 18/06/2020: 1ª parcela (entrada) no valor de R\$ 1.729.566,72, correspondente a 12% (doze por cento) do valor integral da outorga inicial proposto; - Em 16/09/2020: 2ª parcela no valor de R\$ 8.359.572,48, correspondente a 58%(cinquenta e oito por cento) do valor integral da outorga inicial proposto, corrigido pelo IGP-M entre a

data de pagamento da entrada até a data efetiva do pagamento; - Em 16/11/2020: 3ª parcela no valor de R\$ 4.323.916,80, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor integral da outorga inicial proposto, corrigido pelo IGP-M entre a data de pagamento da entrada até a data efetiva do pagamento. Tendo a Gerência Jurídica, por intermédio do Parecer Jurídico GRJ nº 391/2020, se manifestado favoravelmente ao aditamento proposto. A matéria foi considerada aprovada pelos Senhores Conselheiros que, nos termos do parágrafo sétimo do artigo 13 do Estatuto Social da CPTM, manifestaram seu voto autorizando o prosseguimento das providências que objetivem a formalização do respectivo Termo de aditamento. Assuntos Informativos: 1 – Plano de Demissão Voluntária – assunto transferido para a próxima reunião do Conselho de Administração. 2 - Relato Dra. Felissa Sousa Alarcon – Diretoria Administrativa e Financeira - Situação financeira da Companhia frente à queda de arrecadação. A Diretora Administrativa e Financeira atendendo à solicitação dos Srs. Conselheiros fez uma exposição sobre o impacto financeiro/econômico na Companhia em relação a Pandemia COVID19, trazendo todas as informações solicitadas na reunião anterior com a inclusão do “slide” **MODELO DE PROJEÇÃO DE DEMANDA DE PASSAGEIROS - PREMISSAS AJUSTADAS PÓS COVID-19** – após os debates sobre o assunto os Senhores Conselheiros solicitaram que a próxima apresentação sobre o tema contenha os intervalos de confiança, cenários probabilísticos, comparativo mensal orçamento previsto x orçamento realizado e queda de demanda prevista x queda de demanda realizada. 3 - Ações e Cronograma das Linhas 10 até Luz e 11 e demais obras em andamento – O Senhor Marcelo José Brandão Machado, fez uma exposição acerca da matéria, atualizando os Senhores Conselheiros sobre o andamento dos principais empreendimentos da Companhia. O Senhor Presidente do Conselho solicitou para a próxima reunião do Conselho uma apresentação pontual sobre a Linha 10, destacando os benefícios que serão agregados aos passageiros da CPTM. 4 – Resumo dos Trabalhos de Auditoria – Os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento do resumo das Recomendações da Auditoria Interna. 5 - Resumo dos Trabalhos – Sindicâncias e Grupos de Trabalho - Foi distribuído aos Senhores Conselheiros para ciência material informativo que trata das recomendações dos trabalhos de sindicâncias e grupos de trabalho. 6 - Relatório Gerencial – DO - Diretoria de Operação e Manutenção – maio/2020 - Foi disponibilizado para conhecimento dos Srs. Conselheiros. O Senhor Luiz Eduardo Argenton, Diretor de Operação e Manutenção fez, ainda, uma apresentação das perspectivas da CPTM, desde o início da pandemia de COVID19 e esclareceu todas as dúvidas suscitadas. 7 - Contingências Jurídicas Relevantes, material distribuído para conhecimento dos Srs. Conselheiros. 8 – Relato da Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário – Dra. Elionor Farah Jreige Weffort – 1. Como sabem, o CAE tem uma agenda intensa em virtude das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei 13.303/16 e pelo Regimento Interno, o que demanda frequente interação com gestores das áreas e diversas solicitações. Reconhecemos nos colaboradores da CPTM a disponibilidade e o esforço para lidar com situações complexas e muitas vezes sem recursos suficientes, em especial tecnológico e humano. 2. Em virtude do tempo limitado de apresentação, selecionamos apenas alguns tópicos mais urgentes, mas as atas do CAE são publicadas para consulta na íntegra e o CAE está sempre disponível a oferecer informações complementares para todos os Conselheiros. a. Bilhete único: este é um tópico recorrente mensalmente no acompanhamento do CAE. Nos foi informado que há uma perda constante calculada pela confrontação de passageiros transportados x recebidos e que abrangem, entre outros itens, o repasse da SPTrans com indícios de fraude. Em breve histórico, o Metro, utilizando verba de convênio BID, promoveu licitação que resultou na contratação da E&Y

para apurar eventuais fraudes, mas a SPTrans não aceitou a abertura das contas para auditoria. O CAE entende que a falta de transparência da SPTrans compromete a qualidade da informação disponível para a administração da CPTM – informação incompleta e intempestiva – e reforça sua recomendação para que a Auditoria seja efetuada, ainda que fora da alçada do CAE qualquer decisão no sentido de obrigar a prestação de contas pela SPTrans.

b. ITRs – Informações Trimestrais/ Riscos de fragilidades na Contabilidade e Sistemas: O CAE considera que a demanda do Conselho de Administração por Informações trimestrais é pertinente e traz a oportunidade de melhorar a qualidade da informação e revisar processos na Companhia. Para dar suporte a esta demanda o CAE realizou um diagnóstico preliminar e identificou algumas dificuldades que precisam ser superadas: i. a equipe da contabilidade está bem reduzida, em virtude de aposentadoria, afastamento de estagiários, etc.; ii. o sistema de informação requer atualizações e tem muitas fragilidades, por exemplo, muitos lançamentos manuais, necessidade de reconciliações sistemas “apêndices”, necessidade de inúmeras reconciliações, “dupla” checagem etc. , outras fragilidades; iii. pandemia do COVID-19 trouxe necessidade de adaptações para trabalho remoto que atrasaram até mesmo o fechamento mensal; iv. a revisão das ITRs não incluídas na contratação da empresa de auditoria externa, havendo necessidade de aditamento contratual, proibido até 30 de junho de 2020. Dentre os aspectos positivos identificamos a disposição dos gestores da Companhia de promover as mudanças e o fato de que a auditoria interna, segundo nos foi informado pela gestora responsável, já avançou em diversos pontos no passado que auxiliarão no suporte às ITRs.

c. GRI – Gestão de Conformidade, Controles internos e Riscos: o CAE considera extremamente relevante a definição clara de um plano de trabalho porque esta é uma área essencial para a Companhia. Por exemplo, é preciso garantir que esta área seja capaz de favorecer a construção e validação de uma Matriz de Risco. Neste sentido, foi solicitado ao Sr. Sérgio um plano de trabalho que o CAE pretende analisar.

d. Ouvidoria, canal de denúncias e Comitê de Ética: o CAE está analisando o fluxograma das denúncias e avaliando a eventual necessidade de ajustes, por exemplo, no recebimento de denúncias, no acesso do CAE às denúncias, no feedback para o denunciante (inclusive anônimo) via número de protocolo, e demais funcionalidades do sistema.

Pedido para publicar apenas o extrato da Ata do CAE: O CAE solicita ao Conselho de Administração que considere a publicação, no Portal da transparência da CPTM, apenas dos extratos das atas de reuniões do CAE, conforme previsto expressamente no artigo 24 da Lei n. 13.303/16: “§ 5º Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a empresa pública ou a sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato das atas. § 6º A restrição prevista no § 5º não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.” Justifica-se tal sugestão porque: i. as atribuições do CAE incluem a apreciação de temas estratégicos e sensíveis da Companhia e; ii. o CAE tem se preocupado em trazer cada vez mais detalhamento para as atas de modo a informar melhor o Conselho de Administração, e essas atas precisam ser resguardadas. Adicionalmente, o CAE solicitou ao jurídico avaliar a definição de grau de confidencialidade das Atas completas do CAE, resguardando essas informações de demandas de jornalistas, do cidadão e outros interessados. O Sr. Presidente do Conselho solicitou que o assunto retorne com a elaboração de uma proposta contendo os fundamentos e manifestação jurídica sobre a matéria.”

9 – Considerações

finais – Tendo em vista todas as apresentações realizadas pelas Diretorias da Companhia - Engenharia e Obras, Administrativa e Financeira e Operação e Manutenção - o Senhor Presidente do Conselho, acompanhado dos demais Conselheiros, ressaltaram que a CPTM tem avançado de maneira importante e perceptível pela população na questão de melhorias na sua infraestrutura. A Companhia vem realizando um trabalho de grande importância, relevância e competência na busca de melhores perspectivas aos seus passageiros. NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Sidney Ferreira, Secretária, fiz lavrar a presente ata.


SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho


PEDRO TEGON MORO
Conselheiro



ADAILTON FERREIRA TRINDADE
Conselheiro


ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE
Conselheiro


ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO
Conselheiro


BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO
GONÇALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro


DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiro


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Conselheira


MARIA LINA BENINI
Conselheira


SIDNEY FERREIRA
Secretário